

OS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES DA CIDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA E A ESFERA DE VIDA PÚBLICA – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Autores: Sílvio S. MACEDO; Vanderli CUSTÓDIO (IEB/USP – Geografia)

Outros autores: Eugênio QUEIROGA; Fabio ROBBA; Fany GALENDER; Helena DEGREAS (FAUUSP); Jonathas M. P. da SILVA (PUC-SP)

Introdução

A pesquisa tem como objeto de estudo os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea. A investigação, sediada na FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), no Laboratório da Paisagem, conta com a participação de diversos laboratórios e grupos de pesquisadores de instituições públicas e privadas de todo o Brasil. O objetivo principal da pesquisa é verificar as transformações dos espaços livres (públicos e também privados) de cidades brasileiras no contexto da dinâmica do processo recente de reestruturação econômica e urbana mundial. Os espaços livres urbanos, como ruas, calçadas, parques e praças, dentre outros; principalmente os espaços públicos, são potenciais realizadores da esfera de vida pública, entendida como a do encontro da diversidade. Para tanto serão visitadas cidades de portes diversos de todas as regiões do país.

Cidade e Urbanização Contemporâneas

A reestruturação urbana¹, diagnosticada no início da década de 90, é um processo deflagrado pela grave crise econômica mundial dos anos 80, caracterizada pelo rompimento do acordo capitalista fordista, pelo conseqüente retorno de avassalador liberalismo econômico, ancorado em uma revolução técnico-científico-informacional sem par e em um elogio suspeito da democracia e da cidadania. O redimensionamento do par contraditório (complementar e conflituoso) espaço-tempo se observa em todas as escalas e aspectos: do chão da fábrica ao cotidiano doméstico, do campo econômico, *stricto sensu*, ao cultural, comportamental e sentimental.

Independente das especificidades do processo de urbanização existentes entre os chamados países do “Terceiro Mundo” (colonização e imperialismo) e o chamado “Primeiro Mundo” (berço das revoluções econômico-tecnológicas), a cidade como forma-objeto², a urbanização como processo e o urbano (síntese) como modo de vida predominante estão em acelerada transformação no mundo.

Algumas características são semelhantes entre os “dois mundos”³, porém com amplitudes diferenciadas, todas complementares, indutoras e induzidas, e abrangem da forma urbana ao sentimento do viver urbano. Trata-se da realocação, redistribuição e reorganização da produção industrial – desverticalização com desmontagem das grandes plantas fabris, afastamento relativo dos núcleos e áreas urbanas, fusões, terceirização, *just in time, just in case*. Incremento da circulação intra-urbana-metropolitana, por conta do uso disseminado do automóvel e do amplo processo de subcontratações de serviços –

¹ VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E., 1990.

² Dissociação apenas para efeito didático.

³ Não se trata de leitura dualista.

acessibilidade e mobilidade urbanas requalificadas. Redesenho dos padrões da forma urbana (REIS, 2006) e dos processos integrantes da urbanização – cidade difusa, cidade dispersa, macro-urbanização, metropolização, cidade espraiada, encortçamento, favelização, periferação, segregação e suburbanização. Instituição de políticas público-territoriais urbanas apoiadas na “parceria” setor público-setor privado – revitalização e gentrificação de centros urbanos, criação de praças, parques e monumentos concebidos em função dos turistas, dos visitantes, dos que ficam pouco tempo na cidade. Privatização de diversas etapas e tipos de prestação de serviços públicos urbanos, amparada em revisão de legislação e normas urbanísticas para que se tornem possibilitadoras da participação de múltiplos atores, agentes e instituições locais, nacionais e internacionais na produção da cidade. São, legislação e normas, para o bem e para o mal, caracterizadas por mecanismos e instrumentos de participação e descentralização, recheadas com os termos “cidadania”, “democracia” e “desenvolvimento sustentável”. Florescimento de encarniçada disputa por verbas entre os governos urbanos nacionais e internacionais, com vistas à integração da cidade na emergente rede de cidades mundiais⁴, de onde provem os ditames hegemônicos. Crescimento das atividades componentes do circuito inferior da economia urbana⁵, e também, aumento do desemprego (formal) urbano em geral, inclusive de profissionais liberais e trabalhadores qualificados – flexibilização do mercado de trabalho. Intensificação da denominada violência urbana – muramento das residências, sistemas de vigilância, arquitetura do medo. Aumento da pobreza e da concentração de riqueza urbana, materializadas no incremento de moradias precárias, de condomínios e loteamentos fechados de alto padrão por todo o tecido periurbano – requalificação do processo de segregação urbana (voluntário e imposto). Afirmação da cidade como *locus* do consumo de todas as “novidades” (sinônimo de *status* sociocultural), moradia, decoração, lugares, *shopping centers*, automóveis, aparelhos eletroeletrônicos, moda, quinquilharias, divertimentos, símbolos e ideologias diversas. Mudança na “estrutura do sentimento” – competitividade, incertezas, inseguranças, medos, depressão, dependência química, individualismo e hedonismo exacerbados.

Nos países do “Terceiro Mundo”, a conjugação dos elementos acima mencionados (da forma ao sentimento), tem resultado em acirramento dos problemas urbanos herdados do passado. É onde se tem observado, de modo contundente, a perversidade do processo de globalização em curso, sobretudo pela fragilidade histórica da realização da esfera de vida pública.

A Esfera Pública

Arendt (1991, p.15) qualifica a expressão *vita activa* como composta por três atividades humanas consideradas fundamentais: o labor, o trabalho e a ação. O labor diz respeito ao atendimento das necessidades do corpo biológico, o trabalho constrói a artificialidade do mundo e seria o responsável por sua duração além do período de vida humana e, a ação seria a “[...] única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria [...]”; portanto a ação corresponderia à esfera da

⁴ A cidade mundial competitiva apresentaria: recursos humanos qualificados; serviços básicos de infraestrutura; qualidade ambiental; poder público apto a negociar com diversos sujeitos sociais; infra-estrutura de comunicação como portos, aeroportos, telecomunicações; ambiente inovador como universidades e centros de pesquisa; oferta cultural; qualidade de vida; prestígio e símbolos internacionais. VERÁS *apud* BORJA, 1999, p.198-199.

⁵ SANTOS, M., 2004.

vida pública, a da realização da política *stricto sensu*, que desde a Antiguidade tem profunda relação com a organização do poder na cidade.

A manifestação da esfera de vida pública envolve a produção cultural, a construção da cidadania, do interesse público, do bem público constituído socialmente diante do conflito de interesses individuais ou de grupos e, na cidade, teria a realização nos espaços públicos – ruas, calçadas, praças, parques e outros – onde, ainda segundo Arendt (1991, p. 67), “[...] ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública [...]”, em contraposição à esfera de vida privada, pois “[...] até mesmo a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas.” (p. 67).

Apesar da importância da esfera de vida pública, Arendt (1991), ao analisar as transformações pelas quais passava o mundo após a Segunda Guerra Mundial, identificou e alertou para a acentuada decadência de tal esfera. Habermas (1984) referendou tal tendência e discutiu o incremento da esfera “social”, em substituição à esfera de vida pública. Discursos têm estimulado a progressiva confusão, redução, equiparação ou substituição do significado de “público” pelo de “coletivo”, como se fossem equivalentes – não são.

A esfera social seria caracterizada pelas relações econômicas de mercado, pelo mundo dos negócios e teria surgido com a decadência do sistema feudal e ascensão da burguesia capitalista (SERPA, 2007, p. 17, *apud* Prado Jr., 1995⁶). Mesmo onde não houve sistema feudal, como na América Latina, tal esfera aportou com a expansão quinhentista e se espraiou no bojo do capitalismo aqui implantado. Inclusive, a regulamentação da esfera social avançou mesmo antes do reconhecimento da esfera de vida pública.

Com a expansão das modernas classes médias urbanas, no século XX, a esfera social tem sido crescentemente fortalecida pela ideologia do consumo de bens de necessidade imediata, mas, sobretudo de bens simbólicos, asseguradores de *status* urbano de indivíduos e grupos.

A cidade da reestruturação econômica recente, esboçada no item anterior, passa então a ser tida como *locus* de um grande espetáculo, onde são considerados importantes os “espaços” para ver e ser visto, os “espaços” de vitrine e pretensa transparência (VIRILIO, 2005, p.24)⁷; onde o consumo da forma, da função e dos conteúdos programados (ideológico-simbólicos) se alimenta das incertezas e inseguranças do mundo globalizado, a um só tempo, sucateador e reforçador de identidades e pertencimentos.

Contudo, o “ver e ser visto por todos” da esfera social, é fundamental repetir, não equivale ao “ver e ser visto por todos” da esfera pública *stricto sensu*, isso porque a esfera social é caracterizada por comportamentos-padrão, que por sua vez permite e atrai indivíduos-padrão (consumidores)⁸ com práticas e códigos-padrão, e assim, não é realizadora da alteridade e da diversidade. Os espaços públicos urbanos, na perspectiva da

⁶ PRADO JUNIOR, Plínio W. Observations sur les ruines de la publicité. In: JOSEPH, Isaac (dir.). *Prende place: espace public et culture dramatique*. Cerisy: Éditions Recherches, 1995, p.111-128.

⁷ VIRILIO, P., 2005, p. 24 escreve: “A transparência torna-se evidente, uma evidência que reorganiza a aparência e a medida do mundo sensível e, portanto, muito em breve, sua figura, sua forma-imagem.”

⁸ Na obra *O espaço do cidadão* (1ª. edição em 1987), M. SANTOS tratou detalhadamente de vários aspectos que dizem respeito à esfera social, com destaque à emergência de um “consumidor mais-que-perfeito” em detrimento da emergência de um cidadão perfeito. Alertou para o fato de que “o consumidor não é o cidadão”.

esfera social, são priorizados para o divertimento⁹ (hedonismo fugaz via consumo) e não para a cultura e ação política (construtoras do cidadão e da cidadania). Uma análise pouco rigorosa pode tomar uma esfera por outra, pois, há sim, elementos de uma em outra e vice-versa¹⁰. Sem dúvida, os tempos são difíceis ao discernimento do que seja aparência, essência, transparência ou verdade.

Mesmo concordando com a progressiva decadência da esfera pública na cidade, de modo algum se pode decretar sua extinção¹¹, pois tal esfera e os espaços públicos urbanos¹², tidos como os mais possibilitadores da manifestação da vida pública, são imanentes a toda e qualquer cidade da/na História.

Assim, a existência de espaços públicos urbanos onde se pode “ver e ser visto por todos” – mesmo que utilizados prioritariamente para o divertimento (pela esfera social) – significa que há esperança¹³ e possibilidade de construção, recuperação, organização e realização da esfera de vida pública na cidade contemporânea. Há que se complementar o prognóstico de esperança, com as propostas teórico-políticas de Santos (2001):¹⁴ a luta no sentido da criação de um mundo mais solidário.

A situação exige um posicionamento: queremos ou não buscar maior realização da esfera de vida pública nas cidades brasileiras contemporâneas? Se sim, o quanto as classes médias urbanas, conservadoras, portadoras de voz junto ao poder público, formadoras de opinião e de comportamentos-padrão, estariam dispostas à mistura entre diversas frações de classes sociais nos espaços públicos da cidade em tempos de exacerbada “violência urbana”? Como torná-las dispostas? Até que ponto o *modus vivendi* e pensante das classes médias estariam entranhados, como ideal de vida, nos comportamentos e sentimentos, das frações de classes mais pobres da cidade? A proliferação de loteamentos fechados de alto padrão, o aumento dos muros e dos sistemas técnicos de segurança; bem como o consumo disseminado pelo acesso ao crédito, apesar da pobreza urbana característica das cidades brasileiras, além da passividade (SANTOS, 1990)¹⁵, parecem indicar respostas, mas que

⁹ Longe de nós considerar o divertimento como desnecessário ao viver urbano, mas com o fortalecimento da esfera social “[...] as horas vagas [do indivíduo] jamais são gastas em outra coisa senão em consumir; e quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e insaciáveis são os seus apetites. O fato de que estes apetites se tornam mais refinados, de modo que o consumo já não se restringe às necessidades da vida, mas ao contrário, visa principalmente às superfluidades da vida, não altera o caráter desta sociedade; acarreta o grave perigo de que chegará o momento em que nenhum objeto do mundo estará a salvo do consumo e da aniquilação através do consumo.” (ARENDDT, 1991, p.146).

¹⁰ A recuperação das obras de pensadores como Hanna Arendt (*A condição humana*, 1958), Guy Debord (*Sociedade do espetáculo*, 1967), Henri Lefebvre (*A produção do espaço*, 1973), Pierre Bourdieu (*Distinção: uma crítica social do julgamento do gosto*, 1979), dentre outros, é porque há décadas atrás, teceram análises incrivelmente fiéis ao mundo contemporâneo.

¹¹ Arendt (1991, p.146) foi mais pessimista, pois para ela numa sociedade com predomínio da esfera social, o indivíduo até pode ocupar a esfera pública, mas enquanto estiver “[...] de posse dela, não poderá existir uma esfera verdadeiramente pública, mas apenas atividades privadas exibidas em público. O resultado é aquilo que eufemisticamente se chama cultura de massas; e o seu profundo problema é a infelicidade universal [...]”

¹² Cabe esclarecer que nem todos os espaços públicos são passíveis da realização da esfera pública, por exemplo, hospitais e instituições de ensino públicas.

¹³ HARVEY, D. *Espaços de esperança*, 2004.

¹⁴ SANTOS, M. *Por uma outra globalização*, 2001.

¹⁵ SANTOS, M. No texto “A metrópole: modernização, involução e segmentação” (1990, p.183), o autor, diante das desigualdades das cidades do Terceiro Mundo pergunta: “[...] por que tais aglomerações não são mais conflitivas, por que elas não explodem de uma vez?” Aponta o crédito e a respectiva possibilidade de consumo, as religiões, o uso de tranquilizantes, a energia juvenil desperdiçada nos movimentos ecológicos e a polícia como fatores de conformismo, passividade e conservadorismo.

ainda exigem detida investigação. Podemos afirmar que os desafios dos que pensam a cidade contemporânea são complexos e diante deles como efetuar um recorte – a ênfase nos espaços livres urbanos e aspectos da forma – sem perder a noção do todo? Um caminho é perseguir o significado das formas pela compreensão da função, da estrutura social do presente no bojo do processo em curso.

O Sistema de Espaços Livres (SEL) Urbanos

O espaço, adjetivado ou não, no singular ou no plural, mantém seu estatuto de criação dos homens organizados em sociedade no seu processo de humanização da natureza. É articulado, condição, conteúdo, conflituoso, forma, fragmentado, meio, palco, produto, reflexo e símbolo.

O espaço urbano, cuja referência é a cidade, guarda as mesmas propriedades da totalidade espacial do mundo, porém de modo especial por conta do adensamento de população e edificações, da complexidade e intensificação da divisão do trabalho e dos conflitos sociais. Nesse sentido, Corrêa (1989, p.7 e p.12) escreve: “O espaço urbano capitalista [...] – é produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. [...]. Estes agentes são os seguintes: (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos.”

Mencionar Corrêa (1989) intenta reforçar que os sujeitos produtores do espaço urbano e suas estratégias têm de ser identificados. O estudo das formas constitui-se em aproximação possível ao conhecimento espacial da cidade, mas pode nos fazer incorrer em puro espacialismo, ou seja, o estudo da forma pela forma, sem a devida consideração dos sujeitos produtores dos objetos e desencadeadores das ações¹⁶. Sujeitos tanto da ordem próxima (nacional, regional, local) como da ordem distante (mundial). É com tal compreensão que se pode considerar o estudo do sistema de espaços livres urbano.

Segundo Magnoli (1982), os espaços livres são os não edificados: quintais, jardins, ruas, avenidas, praças, parques, rios, matas, mangues, praias urbanas, ou simples vazios urbanos. Sua localização, acessibilidade e distribuição formam um complexo sistema de conexões com múltiplos papéis urbanos: atividades do ócio, circulação urbana, conforto, conservação e requalificação ambiental, drenagem urbana, imaginário e memória urbana, lazer e recreação, dentre outros. Podem ser públicos ou privados.

Nossa ênfase é no estudo dos espaços livres públicos, pois relacionados à realização da esfera de vida pública, mas também analisamos os espaços livres privados, uma vez que juntos formam uma unidade articulada no espaço urbano. Articulação em redesenho por conta do incremento na construção de loteamentos fechados com diversos tipos de espaços livres privados, são clubes de golfe, pistas de *cooper*, ciclovias, piscinas, amplos estacionamentos. Dessa forma, partimos do pressuposto de que toda cidade possui um sistema (relações dinâmicas entre os elementos) de espaços livres. Um sistema que existe, seja conectado fisicamente ou não, seja planejado ou não.

A caracterização do sistema de espaços livres públicos urbanos de uma cidade passa por questões como a identificação dos elementos predominantes (praças, parques, ruas e

¹⁶ Intenta também ressaltar a utilização descuidada da concepção de espaço construída por Milton Santos: “sistema de objetos e sistema de ações”.

outros), localização, distribuição, acessibilidade física e simbólica, complementaridade, interdependência, hierarquia, conectividade e articulação entre eles; além de aspectos como o formal e o funcional. A identificação da legislação, planos e normas pertinentes possibilita certa compreensão da atuação do Estado, na relação com os setores privados, na elaboração de critérios norteadores da implantação, manutenção e uso dos espaços livres urbanos.

Urbanização Contemporânea, SEL e a Esfera Pública no Brasil

A partir de meados da década de oitenta, a reestruturação econômica atingiu o Brasil¹⁷ acirrando o fosso existente entre o Estado e as classes médias urbanas de um lado e o restante da população do outro. Dentre vários aspectos diagnosticou-se o expressivo aumento das cidades no país, traduzido por intenso processo de metropolização (SANTOS, 1993), ou seja, de constituição acelerada de metrópoles. Todas as características (da forma ao sentimento), guardadas as significativas diferenças regionais e o porte das cidades, foram observadas ao longo da década de noventa.

Leviano caracterizar a urbanização brasileira em poucas linhas, principalmente num país onde juridicamente a cidade é a sede do município (são 5564), e alguns deles sequer têm área ou população urbana, é o caso de Nova Ramada, no estado do Rio Grande do Sul (RODRIGUES, 2004), mas se pode afirmar que mais de 80% da população total de 189 milhões de habitantes, vivem nas cidades (jurídicas), e o modo de vida urbano difundido pelo Sudeste do país torna São Paulo (CUSTÓDIO, 2005) uma megalópole onipresente em todo o território e nacional.

Destacamos a renovação da legislação, ocorrida entre 1988 e 2008, em todos os níveis: federal, estadual e municipal. Trata-se da promulgação da nova *Constituição Federal*, em 1988; da promulgação da *Constituição Estadual* nos vinte e seis estados da União, no ano de 1989; a criação do *Estatuto da Cidade*, em 2001¹⁸ e do Ministério das Cidades, em 2003¹⁹. Um conjunto de incidência direta na dinâmica intra e interespaço urbano-metropolitano brasileiro e que assegurou, pelo menos na forma da lei, que os estados pudessem criar municípios e regiões metropolitanas²⁰, atribuições antes somente da União; tornou os municípios responsáveis pelo desenvolvimento municipal, via elaboração de Plano Diretor e Lei Orgânica Municipal, com possibilidade de descentralização e participação da sociedade civil na definição das políticas públicas urbanas, via fóruns e audiências; criou, com a edição do *Estatuto da Cidade* (2001), importantes instrumentos e mecanismos dotadores do poder local com ampla capacidade de atuação, para o bem e para o mal²¹, no espaço intra-urbano: plano diretor, operações urbanas consorciadas, desapropriação, outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, usucapião,

¹⁷ País de situação socioeconômica intermediária no contexto do “Terceiro Mundo”, tal como Chile, China, Índia, México e Rússia, lhes sendo atribuídas denominações pouco precisas como periféricos industrializados, em desenvolvimento ou emergentes. Seja como for, a pobreza também os caracteriza.

¹⁸ Lei Federal n.10.257, de 10 de julho de 2001.

¹⁹ Decreto Federal n.4665, de 3 de abril de 2003.

²⁰ Em 1940 existiam 1.574 municípios no Brasil, em 2000 havia 5.507 (IBGE, 2000). Entre 1980 e 2002 foram criados 1.570 novas unidades. (RODRIGUES, 2004, p.16-17). Em 1973 foram criadas nove regiões metropolitanas no Brasil, atualmente há mais de trinta.

²¹ O perfil do poder local: conservador, populista, progressista, é decisivo para sabermos em prol de quais frações sociais urbanas os instrumentos e mecanismos serão utilizados.

servidão administrativa, etc., com explícita preocupação com o “desenvolvimento sustentável” e com o tal “equilíbrio ambiental”.

Muitos desses instrumentos fizeram parte da pauta de luta pela reforma urbana e pela realização da função social da propriedade urbana dos movimentos sociais e das “esquerdas” da Academia, no período de exceção militar (1964-1984), principalmente no período pré-Constituinte, na década de 80; aliás, proposta básica da criação do Ministério da Cidade em 2003. Contudo, o sonho das “esquerdas” tornou-se perversidade: o fim do socialismo real, a reestruturação econômica e a emergência da globalização, ou seja, os ditames dos sujeitos hegemônicos da ordem neoliberal distante articulados às opções daqueles da ordem próxima, têm resultado em apropriação enviesada das conquistas obtidas em lei.

Os setores e categorias oriundos das classes médias urbanas, que durante o período militar não perderam a capacidade organizativa e influência sobre o poder público, estavam preparados à ocupação de todos os espaços de participação abertos após 1988. Houve uma redistribuição do poder político entre os que detinham o poder econômico (criação de municípios com as respectivas prefeitura e câmara de vereadores). Os menos favorecidos ainda lutam para serem ouvidos e respeitados nas audiências públicas onde seus argumentos são desconsiderados por despossuírem capital escolar e saber específico sobre os temas tratados. (VALENCIO; MARTINS, 2004).

O objetivo de tornar cada cidade melhor colocada nas redes mundial e regional de cidades, tem levado a políticas de atração de recursos externos e internos – privados, de organizações não governamentais e de agências de fomento vinculadas à Organização das Nações Unidas – e à instalação de equipamentos urbanos (formas espaciais), em parceria poder público-setor privado, destinados ao “ver e ser visto” da esfera social e, assim, prioritariamente destinados ao visitantes, à rápida realização do lucro: são centros de convenção, parques, museus, criação de centros culturais e de exposição, ampliação de aeroportos, dentre outros espaços de espetáculo. São equipamentos potencialmente utilizados pela população urbana em geral – esse é o discurso legitimador da implantação –, contudo é fração de verdade. São espaços usufruídos seletivamente porque concebidos para usuários-padrão.

Faoro (1958), na obra *Os donos do poder*, bem caracterizou a histórica fragilidade da esfera de vida pública no Brasil. Um traço de nossa formação que leva à privatização, bem como ao descuido dos espaços públicos por agentes privados e públicos hegemônicos e não-hegemônicos.

Longe de nós reduzir os avanços obtidos em lei, as mobilizações dos grupos por melhores condições de vida na cidade e pregar desesperança. É preciso sim, se é o que desejamos, buscar possibilidades concretas de expressiva ocupação dos espaços livres urbanos com vistas à ampla realização da esfera pública.

Conclusões Preliminares

Nosso desafio é verificar até que ponto os aspectos levantados se verificam concretamente nas cidades brasileiras. Haverá confirmação de quais deles? Quais são as propostas e exemplos inovadores? Constituímos nossa investigação no levantamento, análise e representação da legislação urbanística e ambiental das cidades visitadas pelo projeto; levantamento e análise gráfica de mapas e fotos aéreas; realização de dois dias de oficina, *in loco*, com a participação de instituições locais e regionais de ensino superior público e privado, poder público, organizações não governamentais e movimentos sociais

urbanos; e elaboração de colóquios anuais e relatórios por parte das coordenações nacional e local.

Estão sendo visitadas tantas cidades quanto possíveis. Em dois anos de desenvolvimento do projeto, com um ano de viagens, percorremos doze cidades, nove delas são capitais de estado, oito das quais são regiões metropolitanas e duas são microrregiões (Tabela 1). Possuímos, pelo menos, um estudo de caso de cada região do país. Outros tantos serão realizados no decorrer do ano de 2009.

Para efeito das conclusões preliminares destacamos o conjunto das capitais de estado, deixando para outra oportunidade, quando tivermos maior número de casos, as não capitais, como Campinas (SP), com 1.956.644 habitantes; Sorocaba (SP), com 576.312 habitantes e Santa Maria (RS), com 266.822.

Tabela 1 – População de Seleccionadas Capitais e Regiões Metropolitanas do Brasil

Região do País: Nº. de Estados	Estado	Capital	Popul. Total da Capital	Popul. Total da Região Metropolitana	Região Metropolitana/ Nº. de Munic.
Norte: 7	Pará	Belém	1.424.124 hab.	2.078.405 hab.	5
	Tocantins	Palmas	184.010 hab.	*	*
Sudeste: 4	Minas Gerais	Belo Horizonte	2.434.642 hab.	5.031.438 hab.	34
	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	6.161.047 hab.	11.812.482 hab.	20
	Espírito Santo	Vitória	317.817 hab.	1.624.837 (ano 2007)	7
Centro-Oeste: 3	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	747.189 hab.	*	*
Sul: 3	Paraná	Curitiba	1.828.092 hab.	3.260.292 hab.	29
Nordeste: 9	Alagoas	Maceió	924.143 hab.	1.611.678 hab.	11
	Pernambuco	Recife	1.549.980 hab.	3.731.719 hab.	14

Fonte: IBGE – *Estimativas das Populações Residentes, em 1º. de julho de 2008, 2º.os Municípios.*

(*) Não é região metropolitana.

Sobre as Ruas e Calçadas

As ruas e calçadas seriam os espaços de realização da esfera pública por excelência, assim as ruas deveriam comportar a escala do pedestre, não apenas a dos veículos e, as calçadas deveriam ser generosas e bem conservadas. Em todas as capitais, planejadas como Campo Grande e Palmas, ou não, como Maceió e Rio de Janeiro, as ruas são priorizadas ao uso de automóveis e ônibus. As calçadas são estreitas e com obstáculos como árvores, bancas de jornal e barracas diversas; apresentam metragem irregular e péssimo estado de conservação. Verifica-se a atuação conflituosa entre secretarias de um mesmo nível de poder. Somente em Campo Grande e Palmas, cidades planejadas com amplos espaços livres públicos, as calçadas são generosas, porém de pouco uso para o

caminhar devido ao calor intenso. Em contraposição, na pobre e quente cidade de Belém, em certos trechos de vias, calçadas estreitas são utilizadas por crianças que indispõem de espaços livres para as brincadeiras e por adultos, que com cadeiras na calçada, conversam ao entardecer. As casas precárias não deixam alternativas aos moradores.

Sobre os Parques e Praças

As praças e os parques são os tipos mais comuns de espaços livres urbanos públicos do Brasil (MACEDO, 1999). Há uma cultura do poder público e da população em reconhecer e utilizar, predominantemente, as praças. Elas apresentam tipos, tamanhos, temas e usos diversificados (QUEIROGA, 2001); porém são concentradas e melhor tratadas nos bairros centrais dinâmicos (Belém) e bairros das classes médias e altas (Belo Horizonte e Rio de Janeiro). É grande a demanda por praças em bairros pobres, mas quando implantadas não recebem manutenção dos equipamentos e iluminação noturna, tornando a acessibilidade e o uso restritos. Mesmo durante o dia são freqüentadas por traficantes e usuários de drogas, na maioria jovens do sexo masculino.

Das capitais estudadas, Campo Grande, São Paulo e Palmas dispõem de estoques de espaços livres públicos destinados, em plano, à implantação de praças. Algumas planejadas em locais de baixa densidade, como em Palmas; outras em locais já ocupados indevidamente pelo próprio poder público ou pelo setor privado. Em todas as capitais há praças cercadas, portanto aquém da esfera de vida pública.

A difusão do uso do automóvel e dos *shopping centers* como símbolo de lazer coletivo de várias frações de classe urbana e, mesmo a proliferação de loteamentos residenciais de alto padrão equipados com espaços livres privados de recreação e lazer, nos interstícios entre as cidades médias e nas franjas das metrópoles, não coibiram o uso de certos tipos de espaços livres como os grandes parques. Inclusive, até o momento se pode dizer que a esfera pública se realiza mais fortemente nos espaços livres urbanos do tipo parque regional/metropolitano e, sobretudo, nos finais de semana; e isso mesmo que haja outros tipos de espaços livres, como praças, com boa manutenção, nas proximidades das residências das pessoas.

Tais parques, não raro, são referência na cidade, tanto para os moradores quanto para os visitantes – possibilitam o “ver e ser visto por todos” da esfera pública. Entretanto, a renovação dos existentes e a criação de novos e modernos parques-símbolo (Mangal em Belém) têm criado espaços livres realizadores mais da esfera social: de exibição da capacidade de consumo. A freqüência, mesmo quando diversificada, é seletiva, ou seja, certos locais dos parques são utilizados pelas classes médias e outros pelos pobres. Em alguns parques a acessibilidade é comprometida pela carência de meios e vias de transporte coletivo (Belém), em outros porque destinados a usuários-padrão (Curitiba).

Sobre os Loteamentos Fechados e Setor Imobiliário

Os loteamentos fechados, verticais ou horizontais, são encontrados em todas as capitais. Estão inseridos na mancha urbana densa (Rio de Janeiro), nos subúrbios (Vitória, Belo Horizonte), ao longo das estradas de rodagem entre uma aglomeração urbana e outra (Belo Horizonte, Rio de Janeiro), nas franjas urbanas (Belém) e nos bairros deixados pela indústria. O setor imobiliário os destina às classes médias e altas, mas também aos assalariados que podem arcar com alguma prestação (Rio de Janeiro). Trata-se de um modelo importado do Sudeste do País – inclusive com projetos inadequados ao clima de

certas cidades (Belém, Campo Grande, Palmas) – que por sua vez é importado dos Estados Unidos e da Europa.

Os loteamentos fechados são o principal símbolo do *status* social urbano e da negação da esfera de vida pública da cidade contemporânea brasileira, latino-americana e européia. Os de alto padrão apresentam significativos fragmentos de mata e equipamentos internos como *pet shop*, sala de ginástica, salão de beleza e até mesmo há projetos de implantação de igrejas e mercados. Tudo para manter o morador seguro, em casa, distante da “violência urbana”, como nos observou um representante do setor imobiliário atuante em Belém.

Com exceção das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal (Belém, Rio de Janeiro), somente em Belo Horizonte localizamos um projeto cuja prioridade é a implantação de moradias populares por parte do poder público municipal. Há projetos de recuperação de bairros – inclusive com desapropriação da população residente em áreas de risco – com construção de novas moradias, mas inseridos em planos de recuperação de bacias hidrográficas e criação de novas centralidades urbanas. Tendem a expulsar os moradores mais antigos.

Sobre os Elementos Naturais

Em todas as cidades há elementos que se poderia denominar de naturais que são espaços livres com potencial à realização da esfera pública: montanhas (Palmas, Rio de Janeiro), lagoas (Maceió, Campo Grande, Rio de Janeiro), matas (Palmas, Rio de Janeiro), orlas (Maceió, Recife, Vitória, Rio de Janeiro), anéis de vegetação em volta da cidade (Belo Horizonte, Belém), praias urbanas marítimas ou fluviais (Rio de Janeiro, Maceió, Belém, Palmas) e áreas de conservação não instaladas (Palmas).

Em todas as capitais há grandes áreas florestadas de propriedade do governo estadual, do exército ou da marinha.

Nas cidades litorâneas, as praias e orlas atrativas aos turistas de outras regiões do país e do estrangeiro recebem embelezamento, implantação de ciclovias e equipamentos destinados à prática de ginástica e esportes (Maceió, Rio de Janeiro). Nas demais o tratamento inexistente.

A precariedade do saneamento básico urbano, especificamente tratamento de esgoto doméstico e drenagem de águas pluviais, é observada em todas as capitais, em bairros de alto padrão e sobretudo em bairros pobres.

Por conta dos recursos externos ofertados, os planos de uso de bacias hidrográficas urbanas têm merecido atenção do poder público municipal. Contudo, priorizam o embelezamento das várzeas e não o tratamento dos esgotos e a recuperação da qualidade das águas.

Sobre os Espaços Livres em Geral

Existem planos diretores muito conservadores (Rio de Janeiro) e outros bem progressistas (Belém), mas em ambos os casos persistem a pulverização e a desarticulação de órgãos de mesmo nível responsáveis por praças e parques. Um complicador é o reducionismo da visão do poder público municipal no Brasil que ainda pensa em termos de “áreas verdes urbanas” e não em termos de “espaços livres urbanos.”

Os espaços livres urbanos não são planejados como um sistema de cunho amplamente público, dessa forma, alguns deles são pouco interligados e pouco acessíveis fisicamente à população em geral; há precariedade de projetos, da qualidade paisagística

urbana (exceções Campo Grande e Palmas) e despreparo das equipes técnicas à execução dos projetos. Identificamos, em todas as capitais, a concentração em certos bairros de espaços livres tratados; as variações significativas na manutenção dos espaços livres em função das mudanças da gestão pública; a “adoção” (manutenção ou mesmo construção) de espaços livres públicos por parte de empresas privadas que os direcionam a usuários-padrão.

O espaço livre urbano menos reconhecido pelo poder público municipal e mais utilizado pelos jovens nas áreas urbanas de todas as capitais pesquisadas são os campos de futebol, oficiais e não-oficiais, localizados em todo pedaço de terra disponível: várzeas, áreas de mineração, na proximidade de matas e praias urbanas; instalados sobre terra batida, gramados ou areia. Podemos dizer que são os principais espaços livres de realização da esfera pública urbana identificados.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2000.

CUSTODIO, Vanderli. Segregação, fragmentação e segmentação. In: *Anais do X EGAL*. São Paulo: FFLCH/USP, 2005. p.1-16.

CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

MACEDO, Sílvio S. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1999. (Coleção Quapá, v.1)

MAGNOLI, Miranda. *Espaços livres e urbanização*. Tese (Livre-docência) – FAUUSP, São Paulo, 1982.

QUEIROGA, Eugênio. *A megalópole e a praça*. Tese (Doutorado) – FAUUSP, São Paulo, 2001.

REIS, Nestor. G. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RODRIGUES, Arlete M. *Nota técnica II sobre conceito/definição de cidade*. Ministério das Cidades. Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – Projeto de Execução Nacional. Contrato n.2004/001790. Termo de referência n.112300, out. 2004.

SANTOS, Milton. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, Lícia, e PRETECEILLE, Edmond. *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990. p.183.

- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 6.ed.. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
- VALENCIO, N.F.L. da S.; MARTINS, R.C. Novas institucionalidades na gestão de águas e poder local: os limites territoriais da democracia decisória. In: *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, UCDB, 5, n.8. 2004, p.55-70
- VALLADARES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond. *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990.
- VERÁS, Maura P. B. Enigmas da gestão da cidade mundial de São Paulo: políticas urbanas entre o local e o global. In: SOUZA, Maria A.Ap. de *et. al* (orgs.) *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp, 1999, p.197-217.
- VIRILIO, Paul. A cidade superexposta. In: _____ *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p.7-21.